

Câmara Federal retoma discussão do projeto sobre o novo Código Penal

Advogados criminalistas foram convidados para discutir alterações no funcionamento do Tribunal do Júri. No Executivo, o presidente Jair Bolsonaro participou de comemoração de aniversário da Polícia Rodoviária Federal

O deputado federal João Campos (Republicanos/GO) retomou, na semana passada, as reuniões virtuais para debater o projeto de lei que trata do novo Código de Processo Penal (PL 8045/2010). O PL, que foi elaborado por uma comissão de juristas do Senado Federal, está em análise por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

A comissão está em funcionamento desde julho do ano passado e é presidida pelo deputado Fábio Trad (PSD/MS). Além do PL 8045/2010, o colegiado é responsável por discutir e avaliar outras 337 propostas de alteração do Código de Processo Penal (CPP) brasileiro. Relator das matérias na comissão, o deputado João Campos, recebeu, na última sexta (24), sugestões de advogados criminalistas para alterar o funcionamento do Tribunal do Júri.

Um dos participantes foi o advogado Cláudio Dalledone Júnior, que atua há 25 anos como advogado de júri e é conhecido por defender policiais acusados de homicídios. Dalledone defendeu a extinção da primeira fase do Tribunal do Júri, chamada de juízo de acusação. Segundo ele, essa fase atrasa o processo e gera gastos desnecessários.

Os advogados criminalistas Adriano Bretas e Felipe Azuma, que também atuam no Tribunal do Júri, sugeriram mudanças na fase de julgamento, pelo júri, da acusação admitida na fase anterior. A intenção é tornar a réplica e tréplica obrigatórias, diferente do que acontece hoje, em que os advogados só têm direito a tréplica se promotores tiverem a iniciativa da réplica.

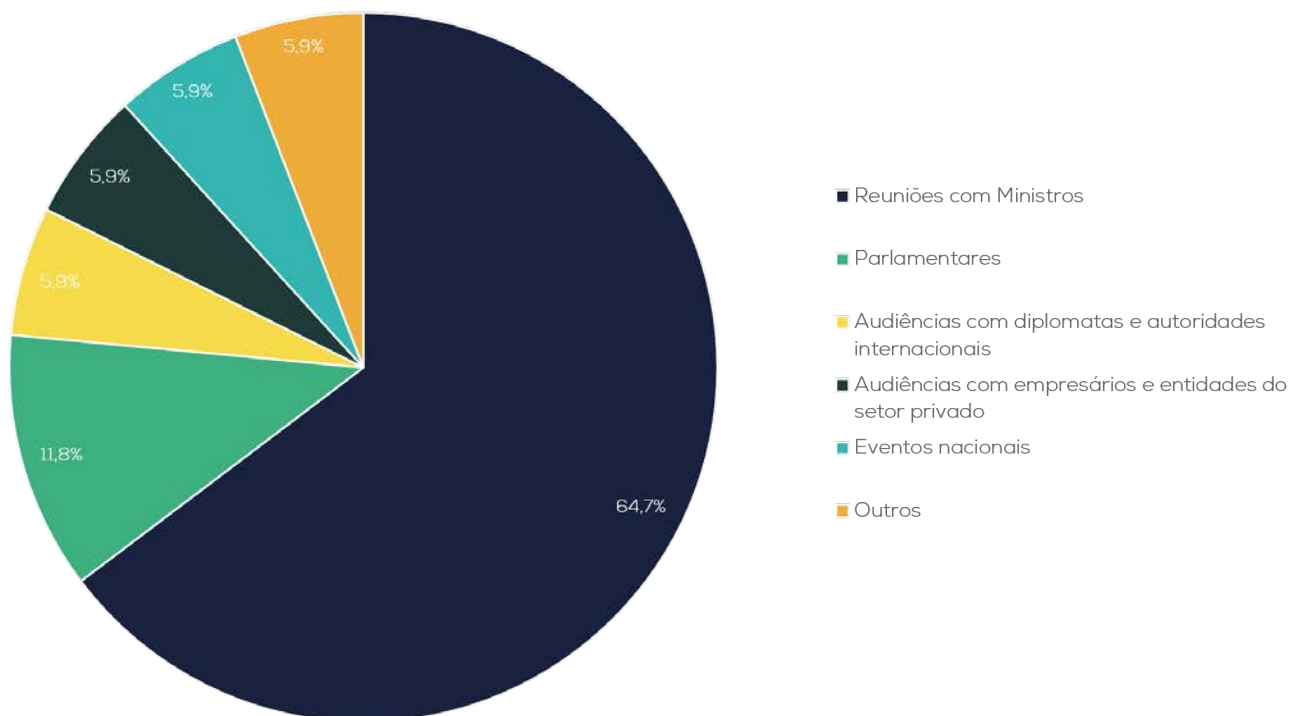
Bretas criticou ainda, durante a reunião, a proposta encaminhada em fevereiro à Câmara pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli. O texto do CNJ propõe alterações no Tribunal do Júri, como a permissão para instalar a sessão do júri popular mesmo com menos de 15 jurados (mínimo exigido atualmente), desde que as partes concordem.

O deputado João Campos anunciou que pretende propor uma nova reunião com representantes do Ministério Público e da magistratura para tratar especificamente sobre o Tribunal do Júri. Ainda não há previsão de apresentação do parecer na comissão especial. Após a análise do colegiado, o PL do novo Código de Processo Penal ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara.

Executivo

Na semana que passou, o presidente Jair Bolsonaro participou da cerimônia de comemoração dos 92 anos da Polícia Rodoviária Federal, que foi realizada por videoconferência. Já o vice-presidente Hamilton Mourão presidiu a 3ª Reunião do Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal com Governadores.

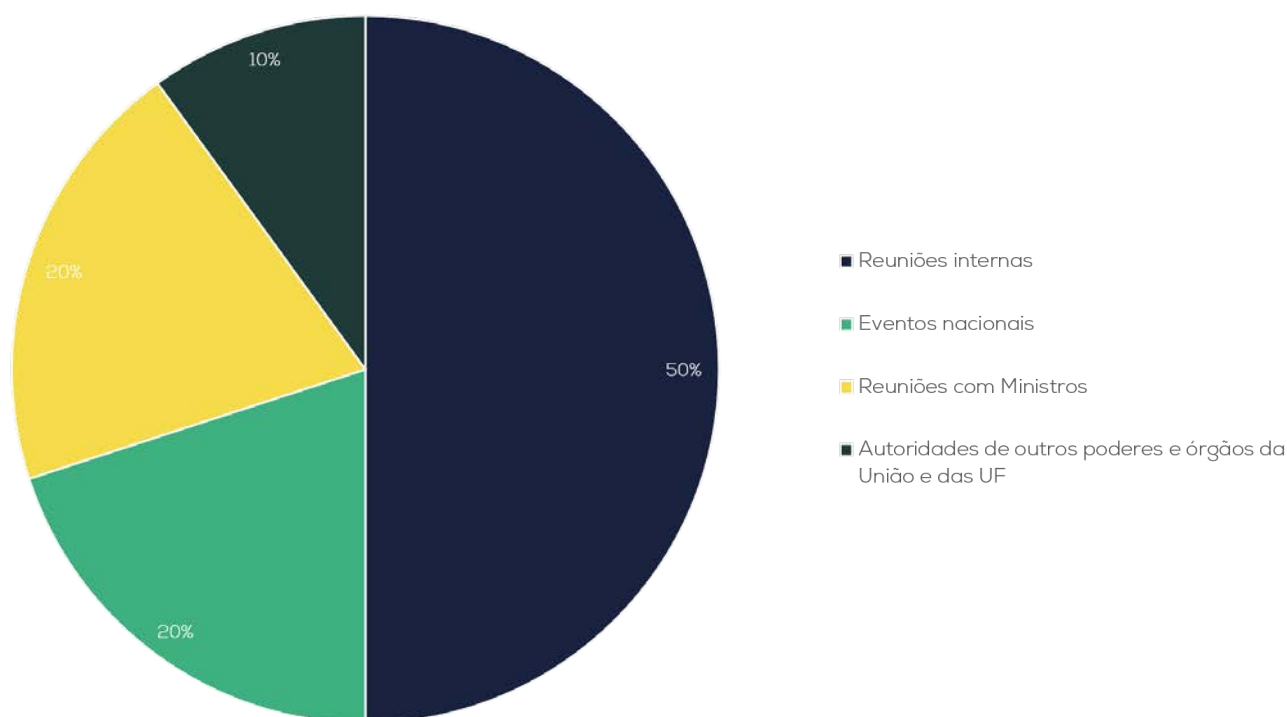
Agenda oficial do Presidente da República, entre 20/07 e 24/07



O ministro da Justiça e da Segurança Pública, André Mendonça, participou do lançamento da [plataforma](#) lançada para que os produtores rurais possam denunciar instituições financeiras por vendas casadas. A plataforma é uma iniciativa do Ministério da Agricultura. Mendonça também se reuniu com a diretoria da Polícia Rodoviária Federal.

A diretora-geral do DEPEN, Tânia Fogaça, participou da I Reunião do Conselho Nacional de Imigração. Ela se reuniu com a Coordenadora do Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análoga a de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel. Fogaça também se encontrou com o Conselheiro Henrique Almeida Ávila do CNJ para tratar das ações da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos. A Secretaria Nacional de Segurança Pública não divulgou a agenda do secretário.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 20/07 e 24/07



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "[Agenda de autoridades](#)".

- *Presidente da República:*

- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y-6smpb-7xchf-xafa2-bhnye-g45ss-94udb>

